SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O mercado desumano de escravizados em Ilhéus (BA) 1810-1850

Marcelo Loyola

https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Submetido em: 2026-11-11
Postado em: 2026-11-11 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

O MERCADO DESUMANO DE ESCRAVIZADOS EM ILHÉUS (BA) 1810-1850

DOI: 10.25091/S01013300202600030006

MARCELO LOYOLA*
https://orcid.org/0000-0002-1860-0616

Resumo

O artigo analisa o comércio de escravizados em Ilhéus (BA) entre 1810 e 1850, período de crescimento econômico e ascensão da cultura do cacau na região. As fontes da pesquisa descrita aqui são Livros de Notas e inventários *post mortem*, que permitem investigar as características desse comércio, dos negociantes e dos cativos negociados. Essa atividade desempenhou várias funções em Ilhéus, com alta proporção de mulheres e crianças nas transações.

Palavras-chave: *Ilhéus*; *cacau*; *escravidão*; *comércio de escravizados*

The Inhumane Slave Market in Ilhéus (BA) 1810-1850

Abstract

The article analyzes the trade in enslaved people in Ilhéus (BA) between 1810 and 1850, a period of economic growth and the rise of cocoa cultivation in the area. The sources are Notarial Books and post mortem inventories, used to investigate the characteristics of the trade, the traders and the enslaved people negotiated. This activity played several roles in Ilhéus, with a high proportion of women and children among the transactions.

Keywords: *Ilhéus*; *cocoa*; *slavery*; *slave trade*

Introdução

Na primeira metade do século XIX, após o colapso da escravidão em várias partes da América e a emancipação política da maioria das colônias espanholas, o Brasil se tornou uma das maiores potências escravistas do Ocidente, ao lado de Cuba e dos Estados Unidos (Tomich, 2011; Marquese; Salles, 2016). A ascensão do açúcar e do café na economia

* Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Eunápolis, BA, Brasil.
marcelo.andrade291180@gmail.com

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

nacional e internacional fortaleceu a elite escravista do país, que se emancipou em 1822. Nessa época, precisamente entre 1800 e 1850, cerca de 2 milhões de africanos foram deportados para o Brasil via tráfico atlântico, uma cifra astronômica se comparada aos períodos anteriores (SlaveVoyages, 2021).

A maior parte desembarcou no Rio de Janeiro, capital do Império, onde era vendida principalmente para as antigas áreas de mineração e para as fazendas de café do Vale do Paraíba (Klein, 1987; Martins, 1983; Florentino, 2014; Motta, 2012; Slenes, 2004). Aproximadamente 20% desembarcou na Bahia, tradicional província produtora de açúcar do nordeste brasileiro, onde havia um grande número de escravizados trabalhando nos engenhos (Mattoso, 1992; Schwartz, 1988; Barickman, 2003).

Esse incremento de mão de obra escrava no país impulsionou a economia de várias regiões. Na Bahia, a indústria açucareira se expandiu para além do recôncavo baiano. A comarca de Ilhéus, ao sul da província, tinha engenhos que produziam açúcar e aguardente e recebia incentivos do governo imperial para a criação de colônias agrícolas, a abertura de estradas e a invasão dos territórios indígenas (Spix; Martius, 1981; Campos, 2006; Santos, 2019; Freitas; Paraíso, 2001; Silva, 2017). Esse processo abriu espaço para as culturas de exportação, como cacau, café e cana-de-açúcar, além das culturas de subsistência, contribuindo para expansão da fronteira agrícola (Dias, 2011; Campos, 2006). As províncias do Norte do Brasil lideravam a produção nacional de cacau. Ao longo do século XIX, a plantação do fruto se expandiu em Ilhéus, num processo marcado pela presença da escravidão. O cacaueiro, planta nativa da Amazônia, possui sementes que servem de matéria-prima para a fabricação do chocolate, produzido e consumido como uma bebida estimulante na Europa e nos Estados Unidos (Barroso; Laurindo Junior, 2017; Mahony, 2001; Andrade, 2013; Gonçalves, 2017; Porro, 1997; Coe; Coe, 1996).

Este artigo analisa o comércio de escravizados em Ilhéus entre 1810 e 1850, período de crescimento econômico do sul da Bahia, quando o cacau ainda não era importante na economia da província, apesar de começar a se destacar em Ilhéus (Barickman, 2003). A metodologia utilizada foi a demografia histórica: a partir de dados quantitativos e econômicos sobre o comércio de escravizados, analisamos variáveis como preço, sexo, idade e origem das pessoas negociadas e perfil dos negociantes para mostrar que o comércio de mulheres e crianças desempenhou um papel forte na extensão e no prolongamento da escravidão na economia local, em um contexto de crescimento da produção cacaueira. A maior parte dos homens escravizados trabalhava na produção de açúcar, item que gerava 67% das receitas de exportação da província – o fumo gerava

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

7,8%; o algodão, 9,2%; o café, 3,4%; e o cacau, 0,3% (Barickman, 2003, p. 56-7) –, mulheres e crianças eram usadas na extração das sementes do fruto do cacau, no eito e também em espaços urbanos e domésticos.

A baliza temporal do estudo foi determinada pelas fontes utilizadas na pesquisa: Livros de Notas do Cartório de Ilhéus, com registros de várias transações, inclusive de cativos; inventários *post mortem* e relatos de viajantes estrangeiros, que permitem avaliar o contexto histórico. Essa documentação está disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), Seção Judiciária (SJ) e Seção Colonial Provincial (SCP). Os Livros de Notas de Ilhéus também estão disponíveis em microfilmes no Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc), da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc/Ilhéus).

Contexto histórico

Na primeira metade do século XIX, o crescimento da produção de açúcar na Bahia ensejou o desembarque de milhares de africanos em Salvador, capital da província, dinamizando a economia da cidade e provocando crescimento populacional e períodos de escassez de alimentos (Mattoso, 1992; Barickman, 2003). Várias mercadorias produzidas em Ilhéus eram destinadas ao mercado da capital baiana, especialmente farinha de mandioca, açúcar, aguardente e madeiras, além de cacau e café, que estavam se espalhando no sul da Bahia (Campos, 2006, p. 313; Dias, 2011). Em 1819, colonos alemães já plantavam café em Ilhéus, e em Maraú e Camamú já havia plantações de cacau (Spix; Martius, 1981, p. 179 e 191).

A maioria da população de Ilhéus era formada por indígenas e pessoas livres e libertas de origem africana que se envolveram na produção de cacau, mas viviam das culturas de subsistência. Moravam em vilas, aldeamentos e povoações espalhadas no litoral e no interior da comarca, cujo território tinha cerca de duzentos quilômetros de costa e limitava-se, ao norte, com a vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré) e ao sul com a vila de Canavieiras (Campos, 2006; Silva, 2017; Mott, 2010)

Em 1818, a freguesia de Ilhéus possuía cerca de 2.400 habitantes, número que aumentou nos anos seguintes, chegando a 2.745 pessoas em 1845, enquanto a população cativa era estimada em 700 indivíduos (Spix; Martius, 1981, p. 176; Mahony, 2001, p. 98-9). Por ocasião do censo de 1872, Ilhéus possuía 5.682 habitantes, dos quais 18,5% eram escravizados (Brasil, 1872).

Nesse contexto, o cacau estava consolidado no Grão-Pará, região Norte do Brasil, que exportava o fruto para Lisboa e, de lá, o produto era enviado para Espanha, França,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Holanda, territórios germânicos e Itália (Martins; Melo, 2021, p. 240). Em Ilhéus, após a abertura dos portos brasileiros para o comércio exterior, as autoridades locais começaram a divulgar os benefícios da cultura do cacau, despertando o interesse da população pelo cultivo do fruto, que era comercializado para Salvador e, de lá, exportado para o exterior (Mahony, 2001, p. 106).

O açúcar, por sua vez, era o principal item de exportação da Bahia, também produzido em Ilhéus (Barickman, 2003; Mahony, 2001, Andrade, 2019). O engenho Santana, por exemplo, possuía 222 cativos em 1818; além deste, havia outros engenhos e muitas engenhocas que fabricavam aguardente e melado (Schwartz, 2001, p. 111; Maximiliano, 1989, p. 339).

A lavoura cacaueira não exigia trabalhos intensos. Segundo Mary Ann Mahony (2001, p. 107), seis homens adultos eram suficientes para manter e colher uma plantação de 6.400 cacaueiros. Na fazenda Santa Cruz, por exemplo, sete cativos adultos, quatro homens e três mulheres, cuidavam de 2.787 pés de cacau e realizavam outros serviços em 1849, quando o proprietário faleceu. A maioria dos pés de cacau tinha entre dez e doze anos de idade, indicando que já eram cultivados há certo tempo naquela fazenda.[1]

O cacaueiro é uma planta que necessita de cuidados permanentes. Após o plantio das mudas, levam em torno de quatro a cinco anos para frutificar, exigindo atenção especial nos três primeiros anos (Bondar, 1938, p. 126-42). A planta pode atingir até dez metros de altura. Os frutos são colhidos com podões, arrumados em montes (bandeiras) e quebrados para a extração dos caroços, que são conduzidos para os cochos de fermentação onde ficam de seis a sete dias. Ao fim do processo, são postos para secar e encaminhados para os depósitos (Santos, 1957, p. 29-39).

Essas características da lavoura cacaueira impuseram um ritmo lento de expansão da cultura em Ilhéus, obrigando muitos lavradores a dedicarem-se a outras atividades. Ignácio Nunes de Souza, preto forro, tinha seis escravizados e produzia farinha de mandioca antes de falecer, em 1812.[2] O alferes Guilherme Frederico de Sá, de família rica, também produzia esse alimento antes de falecer, em 1838, possuindo vinte cativos e 20 mil covas de mandioca, entre outros bens.[3] Em 1813, o vigário José de Lemos tinha vinte dúzias de madeira jacarandá, além de uma africana, com um filho menor de idade,

[1] Inventário de João Segismundo Cordier.
[2] Inventário de Ignacio Nunes de Souza.
[3] Inventário de Guilherme Frederico de Sá.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

e outros bens.[4] Francisco Furtado da Silva possuía terras próximas ao rio Fundão, uma lancha de pescaria e um cativo, isso em 1817.[5] Lino José da Costa tinha plantações de arroz, mandioca e possuía um cativo em 1833.[6]

A partir de 1830, o açúcar baiano começou a enfrentar crises por causa da concorrência externa com o açúcar cubano e o açúcar de beterraba, produzido na Europa. Com isso, algumas famílias do Recôncavo, e outras de origem estrangeira, se mudaram para Ilhéus, aplicando recursos em plantações de cacau, café, cana-de-açúcar e outras atividades. Em 1859, colonos europeus estavam prosperando com plantações de cacau em Ilhéus (Avé-Lallemant, 1980, p. 74). Em 1850, o engenho Itacanoeiras tinha dezessete escravizados e cem pés de cacau, além de outros bens.[7] A fazenda Cabana possuía um trabalhador escravizado, além de plantações de cacau, café e coco em 1856.[8] Guilherme Mor, dono da fazenda Boa Vista, faleceu em 1856 e possuía, entre outros bens, um cativo e quase 2 mil cacaueiros.[9] João Adolfo Schmidt também faleceu em 1856 e sua maior riqueza eram 1.300 pés de cacau.[10] A fazenda Bom Retiro tinha duzentos pés de cacau em 1856, quando a esposa do proprietário faleceu.[11] Esses exemplos sugerem que o plantio desse fruto estava se expandindo em Ilhéus desde a primeira metade do século XIX.

O comércio de escravizados

As escrituras dos Livros de Notas de Ilhéus revelam algumas características do comércio local de pessoas escravizadas. Foram investigados sete livros, distribuídos entre 1810 e 1852, contendo registros de transações de cativos e outros bens.

[4] Inventário de José de Lemos.
[5] Inventário de Francisco Furtado da Silva.
[6] Inventário de Lino Jose da Costa.
[7] Inventário de Maria Luíza da Santíssima Trindade.
[8] Inventário de Florentina Maria dos Reis.
[9] Inventário de Guilherme Mor.
[10] Inventário de João Adolfo Schmidt.
[11] Inventário de Francisca de Jesus.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

TABELA 1

Escrituras relativas a transações de escravizados (Ilhéus, 1810-52)

Livros/período	Escritura		Escravizados	
	N.	%	N.	%
Livro 5 (1810-15)	2	2,8	2	2,1
Livro 6 (1822-25)	1	1,4	1	1,1
Livro 7 (1832-34)	1	1,4	1	1,1
Livro 8 (1835-38)	3	4,3	5	5,4
Livro 9 (1838-41)	37	52,9	48	51,6
Livro 10 (1841-47)	23	32,9	30	32,2
Livro 11 (1848-52)	3	4,3	6	6,5
Total	**70**	**100**	**93**	**100**

Fonte: Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Livros n. 5 ao 11 (1810-52). Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), Cedoc/Uesc.

As setenta escrituras registram negociações de 93 pessoas, pois uma negociação podia envolver vários cativos. As transações se concentraram nos anos 1830 e 1840, período de intensa repressão ao tráfico de africanos no Brasil, proibido em 1831, mas mantido na ilegalidade até 1850, quando foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós (Brasil, 1831; 1850; Rodrigues, 2000; Bethel, 2002; Saraiva; Santos; Pessoa, 2021). Ademais, esses números podem ser maiores, dado o estado de deterioração do documento.

A partir de 1831, com a possibilidade de extinção do tráfico, os escravistas recorreram com mais frequência ao mercado de cativos para tentar suprir a crescente demanda por mão de obra. Por outro lado, alguns traficantes mudaram as rotas do tráfico para fugir da fiscalização, mais intensa em Salvador e no Rio de Janeiro (Klein, 1987; Florentino, 2014, p. 45-50). O sul da Bahia foi uma das áreas de desembarque ilegal de africanos (S. Santos, 2018, p. 29-30). Em 1836, cerca de 112 cativos desembarcaram em Ilhéus, numa operação que contou com apoio de famílias locais (Cruz, 2010, p. 6). Em 1851, o juiz de direito relatou que escravos eram desembarcados em Ilhéus para serem entregues em fazendas ao longo da costa baiana (Mahony 2001, p. 104). Nessa época, as plantações de cacau estavam em crescente expansão em Ilhéus. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2001, p. 86) ressaltaram que em 1834 o cacau dessa região já era exportado para a Europa. Mary Ann Mahony (2001, p. 106) destacou que em 1830 o sul da Bahia podia exportar, anualmente, 26 toneladas do fruto.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Os Livros de Notas e os inventários de Ilhéus revelam negociações envolvendo fazendas de cacau, café, engenhos de açúcar e outros bens. A título de exemplo, Pedro Gonçalves de Araújo vendeu, em 1840, "uma sorte ou quinhão de terra denominada Alagoa, com vários pés de café, tudo no valor de 126 mil réis...".[12] Na fazenda de Anna Telles de Menezes, localizada em Ilhéus, próxima ao rio Fundão, havia seis escravizados e plantações de café em 1846.[13] Caetano Jose de Figueiredo, em 1848, vendeu por Rs. 35$000 "uma plantação de cacau no rio da Cachoeira desta vila, no lugar chamado Cais...".[14] O francês, João Segismundo Cordier, possuía em 1849 uma fazenda com 2.877 cacaueiros, 7 escravizados e outros bens.[15] Nesse contexto, o comércio de cativos desempenhou várias funções. Em Ilhéus, predominou negociações do tipo compra e venda, perfazendo 72,9% das escrituras e abrangendo 63,4% dos cativos transacionados. A doação aparece em segundo lugar, com percentuais chegando a 8,6% e 10,8%, respectivamente. As demais escrituras referiam-se a fiança (5,7%), hipoteca (5,7%), troca e permuta (4,3%), correção (1,4%) e arretro (1,4%).

TABELA 2

Tipos de escrituras envolvendo escravizados (Ilhéus, 1810-52)

Classificação das escrituras	Escrituras		Escravizados	
	N.	%	N.	%
Compra e venda	51	72,9	59	63,4
Doação	6	8,6	10	10,8
Fiança	4	5,7	7	7,5
Hipoteca	4	5,7	8	8,6
Troca e permuta	3	4,3	6	6,5
Correção	1	1,4	2	2,1
Arretro	1	1,4	1	1,1
Total	**70**	**100,0**	**93**	**100,0**

Fonte: Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Livros n. 5 ao 11 (1810-52). Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), Cedoc/Uesc.

[12] Escritura de compra e venda, L. 9, fl. 101, 5 out. 1840.
[13] Inventário de Ana Telles de Menezes.
[14] Escritura de compra e venda, L. 11, fl. 25, 4 nov. 1848.
[15] Inventário de João Segismundo Cordier.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Parte dos cativos negociados em Ilhéus era proveniente de herança, como aconteceu em 1841, quando Joan Philipe Wey (estrangeiro) vendeu por 300 mil réis "um escravo africano, de nome Maximiano, que houvera por título de legítimas dos finados seus pais...".[16] Outros eram vendidos para levantar fundos. Em 1839, Cristiano Manoel de Sá vendeu um cativo de seu falecido irmão para pagar as despesas do funeral.[17] Por outro lado, produtores de cacau compravam cativos no intuito de ampliar a produção. João Segismundo Cordier, por exemplo, dono de fazenda de cacau, comprou cativos de Manoel Esmério Fraga quando este faleceu, em 1843.[18]

As escrituras de doação, em sua maioria, referiam-se a crianças. Em 1831, Manoel F. Álvares da Silva doou "um crioulinho, de idade de oito meses, de nome Paulo, o qual de minha muito livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, faço doação como doado tenho de hoje para todo e sempre aos meus dois filhos, por nomes Eliseo e Rufino, filhos da senhora Valeria".[19]

As escrituras de fianças tinham várias finalidades, entre as quais, garantir direitos em relação à venda de determinados cativos. Em 1813, Manoel Antunes Faria fez questão de registrar uma escritura de fiança, na qual solicitava ao juiz que Antônia, mulher escravizada, permanecesse com sua mãe, a viúva Quitéria Francisca, "para que se conserve a escrava Antônia em poder da dita mãe, para ajuda da sustentação dos órfãos".[20] Em 1840, Pedro Gonçalves de Araújo, registrou uma escritura de fiança em Ilhéus, solicitando ao juiz, na condição de inventariante dos bens do finado padre, Benedicto Joaquim de Figueiredo, que o crioulo Eduardo, avaliado em 400 mil réis, não fosse arrematado em praça pública, devendo ficar em poder dele até ser resolvida a causa de filiação dos filhos menores do aludido padre.[21]

Os cativos também eram trocados por mercadorias ou outros escravizados, como aconteceu em 1835, quando José Maria dos Santos trocou sua lancha, armada com todos os pertences de navegação, pelo escravo Alexandre, da nação Mina, propriedade de José Antônio da Cruz.[22] Em 1841, Lourenço Dias Ribeiro realizou uma troca e permuta de escravizados com Francisco de Paula Eça e Castro, constando na escritura a seguinte informação:

[16] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 12, 18 mar. 1841.
[17] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 34, 8 jun. 1839.
[18] Inventário de Manoel Esmério Fraga.
[19] Escritura de doação. L. 7, fl. 4, 1º set. 1831.
[20] Escritura de fiança e obrigação. L. 5, fl. 16, 2 jan. 1813.
[21] Escritura de fiança e obrigação. L. 9, fl. 103, 17 jan. 1840.
[22] Escritura de troca. L. 8, fl. 13, 25 maio 1835.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

> *eram legítimos possuidores de escravos; a saber, o primeiro, contraente, Lourenço Dias Ribeiro, o de nome David, africano, e o segundo e último contraente, o de nome Francisco, crioulo, e cada um dos contraentes, reciprocamente, trocava o seu pelo outro, da maneira que o primeiro contraente ficava com o do segundo, e este com o daquele, cada um no preço de trezentos mil reis, sem que a respeito de valores houvesse diminuição, nem excesso algum.* (Apeb, Livro de Notas de Ilhéus. Escritura de troca e permuta. L. 10, fl. 33, 30 de ago. 1841)

Os cativos também serviam como garantia de crédito e eram hipotecados. Isso aconteceu com Caetano da Paz Ferreira, que deu ao tenente Gustavo Florencio Batista "a sua escrava Guilhermina, dita cabrinha, [...] pela quantia de sessenta mil réis."[23]

O comércio de escravizados movimentou a economia de Ilhéus. Essas pessoas tinham alto valor pecuniário e podiam ser utilizadas em diversas atividades, não somente ligadas ao cacau. Para se ter uma ideia, em 1812, a casa do preto forro Ignácio Nunes de Souza, coberta de telha, localizada na rua São Bento, foi avaliada em Rs. 45$000; suas 5 mil covas de mandioca, em Rs. 40$000 e a crioula Custódia, adulta, em Rs. 110$000.[24] As vinte dúzias de madeira jacarandá que pertenciam ao vigário José de Lemos, em 1813, foram avaliadas em Rs. 260$000; sua escrava Joaquina, em Rs. 110$000 e o filho desta, menor de idade, em Rs. 40$000.[25] Em 1817, a lancha de pescaria de Francisco Furtado da Silva foi avaliada em Rs. 150$000 e o seu cativo, José, crioulo, em Rs. 140$000.

Em meados do século XIX, o cacau era um dos artigos mais valorizados na economia local, assim como os escravizados. As plantações de cacau e os cativos perfaziam boa parte do patrimônio das famílias. Em 1849, por exemplo, os 2.877 cacaueiros da fazenda Santa Cruz foram avaliados em Rs. 6:090$500 e os sete cativos que trabalhavam na fazenda, em Rs. 2:740$000. A riqueza do proprietário, avaliada em Rs. 11:154$997, concentrava-se em plantações de cacau (55%) e escravizados (25%).[26]

Em 1856, o dono da fazenda Boa Vista, Guilherme Mor, possuía o cativo Manoel, idoso, avaliado em Rs. 250$000, além de 1.950 cacaueiros, a maioria frutíferos, avaliados em Rs. 3:450$000, o que representava 85% de sua riqueza, calculada em Rs. 4:004$000.[27] João Adolfo Schmidt faleceu em 1856 e seu bem de maior valor era a plantação de 1.300

[23] Escritura de destrato, L. 10, fl. 64, 29 dez. 1842.
[24] Inventário de Ignacio Nunes de Souza.
[25] Inventário de José de Lemos.
[26] Inventário de João Segismundo Cordier.
[27] Inventário de Guilherme Mor.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

cacaueiros frutíferos, avaliada em Rs. 1:273$500.[28] Os duzentos pés de cacau, da fazenda Bom Retiro, foram avaliados em Rs. 400$000 no ano de 1856 e representavam 67% da riqueza da família.[29]

Esses preços, ainda que provenientes de inventários, permitem dimensionar a importância comercial das pessoas escravizadas e das plantações de cacau em Ilhéus. Certamente, famílias ricas dessa localidade compravam cativos em Salvador, onde registravam as negociações. Já em Ilhéus, as transações tinham diversas finalidades. Os que desejavam levantar fundos vendiam seus cativos e os interessados em ampliar as lavouras compravam. Outros trocavam, doavam ou hipotecavam seus cativos, dependendo das circunstâncias. Esse comércio fazia parte da dinâmica da economia de Ilhéus, teve repercussões na lavoura cacaueira e afetou de modo indelével a vida das pessoas submetidas à escravidão.

Os cativos transacionados

O mercado de pessoas escravizadas em Ilhéus envolveu negociações de homens, mulheres, crianças e idosos. Às vezes, famílias inteiras eram comercializadas em praça pública, junto com outros bens. A idade dos cativos, no entanto, nem sempre aparece nos documentos, o que impõe vários riscos quando tentamos agrupá-los em faixas etárias.

Frequentemente, as crianças eram descritas como "recém-nascidas", "crioulinhos", "mulatinhos", "menor de idade" ou "cria". Já os idosos, às vezes, aparecem na documentação como "idosos", outras vezes como "bastante velho". As pessoas sem referência de idade, mas com preços relativamente altos, de 300 a 400 mil réis, aparecem na Tabela 3 como adultos (homens e mulheres).

[28] Inventário de João Adolfo Schmidt.
[29] Inventário de Francisca de Jesus.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

TABELA 3

Escravizados negociados em Ilhéus por sexos e grupos etários (1810-52)

Transações/ grupos etários	Compra e venda		Doações		Outras negociações		Total de cativos	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Crianças	17	48,6	8	22,8	10	28,6	35	100,0
Homens	20	64,5	0	0,0	11	35,5	31	100,0
Mulheres	20	80,0	2	8,0	3	12,0	25	100,0
Idosos	2	100,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Total	**59**	**63,5**	**10**	**10,7**	**24**	**25,8**	**93**	**100,0**

Fonte: Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Livros n. 5 ao 11 (1810-52). Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), Cedoc/Uesc.

A Tabela 3 mostra um alto percentual de crianças nas transações. Considerando que muitas eram vendidas com as mães, podemos concluir que mulheres e crianças foram as principais vítimas desse comércio. Uma das explicações dessa ocorrência pode estar no preço, pois crianças custavam menos que adultos e tinham maior expectativa de vida em relação a estes.

Em Ilhéus, transações envolvendo filhos de mulheres escravizadas eram comuns. Normalmente ocorriam quando os herdeiros ficavam órfãos ou se casavam. A doação de uma criança escravizada podia significar um gesto fraternal com a vida da pessoa agraciada, uma maneira de lhe garantir fonte de trabalho e renda no futuro, uma espécie de poupança. No decorrer dos anos, se nada de ruim acontecesse com a criança, a pessoa beneficiada teria a seu dispor um dos bens mais valorizados da época, uma pessoa adulta, saudável, submetida à escravidão. Essa parece ter sido a motivação dos proprietários do engenho União, que em 1851 doaram ao filho, na época menor de idade, uma criança cativa, nascida do ventre de Clara, mulher escravizada no engenho. A carta de doação consta no inventário da família.[30]

As transações eram realizadas por meio de escrituras públicas, registradas em Cartório de Notas, ou em disposições testamentárias, às vezes acompanhadas da carta de

[30] Inventário de Narcisa da Roza Dora.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

doação, como aconteceu com o filho de Clara. Tudo ocorria sob o controle da justiça, que oficializava o processo e transferia o direito de propriedade ao novo dono.

Comprar uma "cria de pé" ou "cria de peito", denominação dada pelos traficantes, podia ser um bom negócio (Gutiérrez, 1989; Villa; Florentino, 2016). O filho de Clara foi avaliado em Rs. 40$000, já a sua mãe, com 35 anos de idade, em Rs. 500$000. O preço dessas crianças oscilava, sobretudo, em função da idade e da qualificação para o trabalho. Em diversas partes do Brasil, "aos 8 anos, as crianças já eram enviadas às plantações, beneficiavam café, descaroçavam algodão, descascavam e ralavam mandioca, fabricavam cestos e cordas, guiavam carro de boi e pastoreavam o gado" (Mott, 1989, p. 90). No Grão-Pará, mulheres e crianças escravizadas eram usadas com frequência nas fazendas de cacau do século XIX (Bezerra Neto, 2020). Em Ilhéus, isso também ocorreu. No início do Oitocentos, "uma negrinha, de nome Maria" foi vendida por Rs. 25$000.[31] Nas décadas seguintes, os preços parecem ter aumentado. Em 1839, Joaquim José da Costa Seabra comprou por Rs. 200$000 o "escravinho" Antônio, filho de uma mulher escravizada.[32]

Além de negociações isoladas de meninos e meninas, encontramos transações envolvendo famílias inteiras. Para alguns escravistas, comprar crianças junto com as mães podia representar certos benefícios. Elas cuidavam dos filhos e podiam gerar novos rebentos, aumentando a posse de cativo dos proprietários (Fragoso; Florentino, 1987). Em 1860, o dono de uma fazenda de cacau em Ilhéus oferecia prêmio às cativas que dessem luz a mais de seis filhos (Maximilian, 2010, p. 151). Pesquisas recentes têm revelado a presença de mulheres em situação de escravidão no trabalho de lavoura, poda e colheita do cacau, e, junto com os filhos, na quebra do fruto para extração das amêndoas, entre outras atividades (Mahony, 2008; Loyola, 2024).

A possibilidade de extinção do tráfico atlântico de africanos pode ter estimulado escravistas de Ilhéus a comprar crianças e famílias escravizadas, como ocorreu em outras partes do Brasil (Villa; Florentino, 2016). Em 1841, por exemplo, Luiz Gaston Lavigne vendeu três cativos para Luiz Faustino dos Santos por Rs. 600$000, ao que parece todos de uma mesma família, a saber: "Afonso, de nação nagô, Constança Gegê e uma cria, com sete meses, ainda pagã".[33] Em 1848, uma escritura foi registrada no Cartório de Ilhéus, com a seguinte informação: "duas escravas africanas de nomes Fabiana e Eugenia, e duas filhas da primeira, Cipriana e Theodora, uns chãos de casas na rua Travessa do

[31] Escritura de compra e venda. L. 6, fl. 41, [data ilegível].
[32] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 44, 12 ago. 1840.
[33] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 12, 25 mar. 1841.

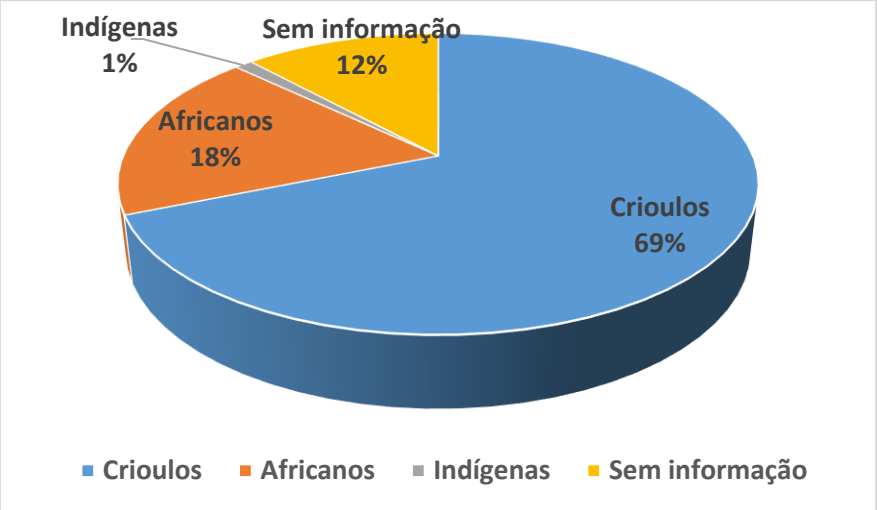
SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Rabello e duas vacas, tudo no valor referido de oitocentos mil réis".[34] O predomínio de mulheres e crianças no comércio de cativos também pode refletir particularidades da economia de Ilhéus. Naquela conjuntura, marcada pela expansão da fronteira agrícola, os escravistas podiam resistir à venda de cativos adultos do sexo masculino, porque estes eram o principal ativo da produção.

Analisar a origem das pessoas transacionadas pode contribuir para elucidar essa questão. Em Ilhéus, a maior parte das negociações envolveu cativos crioulos, nascidos no Brasil, poucos foram declarados africanos e apenas uma indígena – "a escrava curiboca, de nome Vitoriana, arrematada em praça pública por trezentos mil réis no ano de 1842".[35] A origem dos cativos, entretanto, nem sempre aparece nos documentos. Em muitos casos, essa informação não consta nas escrituras.

GRÁFICO 1

Origem dos cativos negociados (Ilhéus, 1810-50)



Fonte: Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Livros n. 5 ao 11 (1810-52). Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), Cedoc/Uesc.

O Gráfico 1 mostra que 69% dos cativos transacionados em Ilhéus eram crioulos, 18% africanos, 1% indígenas e 12% sem informação de origem. Esses dados merecem algumas considerações. Os casos sem informação de origem podem refletir a estratégia

[34] Escritura de ratificação e doação. L. 11, fl. 31, 14 nov. 1848.
[35] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 51, 20 jun. 1842.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

dos escravistas de comprar africanos e não declarar a procedência para burlar a lei de 1831, que considerava livres os cativos que entrassem no país após essa legislação. Em contrapartida, não sabemos se os filhos das africanas nasceram no Brasil, na África ou durante a travessia atlântica. Em nossa pesquisa, eles foram inseridos entre os crioulos. No entanto, em virtude da repressão inglesa ao tráfico e da possibilidade de escassez de mão de obra, quantidades expressivas de crianças foram deportadas da África para o Brasil (Villa; Florentino, 2016).

Em Ilhéus, alguns registros revelam a origem dos pais, mas deixam dúvidas sobre a procedência dos filhos, como aconteceu em 1841, quando três cativos foram comprados, a saber: "Afonso, de nação Nagô, Constança, Gegê, e uma cria macho, com sete meses de idade, ainda pagã".[36] Nesse caso, não sabemos a origem dessa criança. Sua mãe pode ter dado à luz no Brasil, na África ou durante a travessia atlântica.

Em Ilhéus, entre 1823 e 1843, cerca de 190 crianças cativas foram batizadas (Mahony, 2001, p. 99). As chances de serem separadas das mães em algum momento da infância eram altas. Antônia, africana de nação Angola, teve a filha doada em Ilhéus no ano de 1840.[37] Após vinte anos, em 1860, seu proprietário faleceu e ela estava com 35 anos.[38] Presume-se que Antônia tinha quinze anos quando sua filha de dois anos foi doada. Certamente, ela deu à luz quando tinha cerca de treze anos. Não sabemos nada sobre o pai da criança nem quando Antônia chegou ao Brasil. Considerando-se que teve uma filha quando tinha cerca de treze anos, é possível que tenha engravidado aos doze anos, mas não se sabe onde a gravidez e o parto ocorreram. Essas mulheres enfrentaram situações contraditórias e seus corpos eram duplamente violados, "enquanto instrumento de trabalho para geração de riquezas e como espaço de reprodução da própria escravidão" (Machado, 2018, p. 329).

Submetidas a todo tipo de negociação, as pessoas escravizadas reagiram aos imperativos do tráfico (Neves, 2000; Pires, 2017). No entanto, a documentação compulsada para o nosso estudo não nos permite conhecer a fundo suas estratégias de resistência. Não sabemos, por exemplo, como as mães reagiam quando viam seus filhos sendo vendidos ou doados. Mas sabemos que havia resistência por causa das justificativas apresentadas nas negociações. Alguns escravistas de Ilhéus afirmaram que vendiam os cativos "com todos seus ataques velhos e novos e manhas", como aconteceu com a índia

[36] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 12, 25 mar. 1841.
[37] Escritura de doação. L. 9, fl. 81, 2 de maio 1840.
[38] Inventário de Domingos Antônio Bezerra.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Vitoriana, vendida por 300 mil réis em 1842.[39] O africano Salvador foi considerado bastante ladino por seu proprietário e foi vendido com a condição de nunca mais voltar à vila de Ilhéus.[40] Outro africano, chamado Antônio, foi obtido por meio de uma troca realizada em Porto Seguro, mas o novo proprietário o vendeu em Ilhéus em 1840, também "com todos seus ataques e manhas".[41] O mesmo aconteceu com a crioula Joaquina,[42] vendida em 1840, e com Francisco, um crioulo idoso[43] comprado em 1839 pelo francês João Segismundo Cordier, dono de fazenda de cacau, e vendido dois anos depois.[44] Em ambos os casos, a negociação registra que eles haviam sido vendidos com seus "ataques e manhas".

Ademais, pessoas escravizadas se recusavam a servir senhores hostis, como o major Cristiano Manoel de Sá. Em 1838, ele declarou ao juiz de Ilhéus dois cativos foragidos, Adriano e Simão, que pertenciam ao seu finado irmão e se recusavam a servi-lo. Segundo o major, os cativos declararam não servir a outro senhor senão ao brigadeiro José de Sá Bitencourt Câmara.[45] Em 1841, o major vendeu os aludidos cativos ao senhor preferido por eles.[46]

Os negociantes

A participação no comércio de escravizados em Ilhéus não era restrita a grupos específicos, pois envolvia interesses sociais diferentes. Alguns negociantes falecidos deixaram testamentos e inventários. Essas fontes nos permitem conhecer as atividades que eles praticavam no momento de seu falecimento e discutir a relação do comércio de escravizados com a economia, especialmente com a lavoura cacaueira, que estava em ascensão.

Em 1840, Domingos Antônio Bezerra doou para a sua irmã uma "mulatinha" de dois anos de idade, filha de uma mulher escravizada em sua propriedade.[47] Em 1860, ele faleceu e ficamos sabendo que era dono da fazenda Pimenta, onde havia 2.250 pés de cacau, cana-de-açúcar, mandioca e outros bens. Três cativos trabalhavam na propriedade: Paula, quarenta anos, lavadeira e engomadeira; Lourenço e Romão, que trabalhavam nos

[39] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 51, 20 jun. 1842.
[40] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 56, 30 ago. 1842.
[41] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 80, 2 maio 1840.
[42] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 82, 7 de maio 1840.
[43] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 34, 8 jun. 1839.
[44] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 41, 9 dez. 1841.
[45] Inventário de Guilherme Frederico de Sá.
[46] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 16, 24 abr. 1841.
[47] Escritura de doação. L. 9, fl. 81, 2 maio 1840.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

serviços da lavoura. Os cativos e as plantações de cacau formavam a base da riqueza da família, avaliada em Rs. 9:547$920, da qual os cativos representavam 42% e os cacaueiros, 20%.[48]

O cruzamento das fontes evidencia que pessoas escravizadas foram compradas para trabalhar em fazendas de cacau. O caso do francês João Segismundo Cordier é um dos mais notórios. Em 1839, ele comprou um casal de idosos, Francisco José e sua mulher, Silvéria, por Rs. 290$000.[49] Em 1849, o francês veio a falecer em Ilhéus e, na ocasião, possuía 7 cativos, 2.877 cacaueiros e outros bens. Antes de morrer, ele adquiriu outras pessoas, que certamente foram trabalhar na lavoura cacaueira, mas alguns faleceram ou foram vendidos e não aparecem no inventário. A fortuna desse escravista foi avaliada em Rs. 11:154$997, a maior parte em cacaueiros (55%) e escravizados (25%).[50]

Os negociantes também envolviam os escravizados em outros tipos e etapas da atividade econômica, por exemplo, na garantia de pagamento por empréstimos. Manoel da Encarnação hipotecou por 400 mil réis "uma escrava crioula de nome Helena e duas crias desta, de nomes Henrique e Jorge, menores de idade".[51] Ele quitou a hipoteca em 1839 e veio a falecer em 1864, constando em seu inventário vários bens, dos quais a escravizada Helena, que já tinha 72 anos, seu filho Jorge, de 25 anos, além de outros 16 cativos. Todos trabalhavam na fazenda Urucutuca, voltada para a produção de farinha de mandioca, alimento básico na dieta da população.[52]

Manoel Pereira dos Santos, dono da fazenda Tapera e de uma casa de negócios na rua do porto de Ilhéus, comprou vários cativos antes de falecer em 1865. O crioulo Cristiano foi comprado em 1839, quando sua ex-proprietária, dona Maria Luiza do Rosário, ficou viúva e teve de vender o cativo para pagar dívidas do marido.[53] O mesmo aconteceu com Manoel, vendido por ocasião da morte de seu proprietário.[54] O aludido comerciante oferecia crédito à população de Ilhéus e em seu inventário, aberto em 1865, consta a escravizada Maria Joaquina, comprada por Rs. 400$000 em 1839[55] e descrita como "idosa, bastante velha, avaliada em Rs. 100$000".[56]

[48] Inventário de Domingos Antônio Bezerra.
[49] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 34, 8 jun. 1839.
[50] Inventário de João Segismundo Cordier.
[51] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 59, 29 nov. 1839.
[52] Inventário de Manoel da Encarnação.
[53] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 61, 16 dez. 1839.
[54] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 50, 2 set. 1839.
[55] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 24, 8 jan. 1839.
[56] Inventário de Manoel Pereira dos Santos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Com frequência, após a morte do proprietário, os cativos eram vendidos e separados das famílias, servindo a vários senhores ao longo da vida. Em julho de 1841, Ana Teles de Menezes vendeu para Pedro Gonçalves de Araújo "um mulatinho, de nome Joaquim, pelo preço de Rs. 60$000".[57] Provavelmente essa criança foi separada da mãe. Ana Teles faleceu em 1846: possuía uma fazenda próxima ao rio Fundão, plantações de café e seis escravizados, dos quais três crianças, um adulto (Joaquim) e dois idosos, Thomásia e José.[58]

Em 1842, Manoel Esmério Fraga vendeu para o tenente João Batista Gualberto "um escravo africano, de nome Sequião, pela quantia de quatrocentos mil réis".[59] Em 1843 esse vendedor faleceu, deixando, entre outros bens, uma casa feita de tijolos, pedra e cal, com móveis de jacarandá e talheres de prata, um cavalo e três cativos, dos quais a africana Leocádia e o crioulo Martinho, ambos idosos e doentes, e Bruno, crioulo de dez anos de idade. Essas pessoas foram arrematadas em praça pública pelo francês João Segismundo Cordier, dono de fazenda de cacau, já mencionado.[60] O tenente João Batista Gualberto, comprador de Sequião, faleceu em 1874 e possuía plantações de cacau, quatro cativos e outros bens.[61] Provavelmente, Sequião trabalhou em fazendas de cacau e serviu a vários senhores de Ilhéus antes de falecer.

Outro negociante que se destaca nessas transações é Joaquim José da Costa Seabra, um típico traficante de escravizados da Bahia. Além de comprar e vender cativos, ele comercializava várias mercadorias. Suas operações se estendiam de Salvador ao Rio de Janeiro (Lima Filho, 2020; Z. Santos, 2018). Os Livros de Notas revelam que antes de falecer ele negociou vários cativos em Ilhéus. A primeira escritura foi registrada em 1839, quando comprou de José Francisco Nunes de Albuquerque "um casal de escravos africanos, o marido, chamado Leão, e a mulher, Delfina [...] por preço e quantia de seiscentos mil réis".[62] Nesse mesmo ano ele comprou um "mulatinho" de nome Antônio por Rs. 200$000[63] e, dias depois, vendeu-o para João Batista Gualberto.[64]

As negociações continuaram nos anos seguintes. Em 1840, Joaquim José da Costa Seabra comprou Mathias, crioulo, por Rs. 300$000[65] e, em 1841, comprou Faustina,

[57] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 23, 7 jul. 1841.
[58] Inventário de Ana Teles de Menezes.
[59] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 62, 10 nov. 1842.
[60] Inventário de Manoel Esmério Fraga.
[61] Inventário do tenente João Batista Gualberto.
[62] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 42, 3 set. 1839.
[63] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 44, 12 ago. 1839.
[64] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 48, 28 ago. 1839.
[65] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 90, 24 jul. 1840.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

crioula, por Rs. 400$000.[66] Esse negociante, que praticava o tráfico de escravizados, ocupou o cargo de juiz municipal substituto de Ilhéus, atuando, por exemplo, no inventário de Manoel Esmério Fraga, aberto em 1843, cujos bens foram arrematados em leilão.[67]

Quando faleceu, em 1856, Joaquim José da Costa Seabra era casado com dona Ana Rosa de Azevedo Seabra, com quem tinha quatro filhas. Vendia secos e molhados em Ilhéus e oferecia crédito à população; além disso, possuía um barco, avaliado em três contos de réis, imóveis, cativos e outros bens. Nos autos do processo, os herdeiros declararam que ele vendeu vários cativos antes de falecer: Miguel "cabrinha" e Maria "crioula" foram vendidos no Rio de Janeiro; Cora (nagô), Helena e Cosme, que tinha no máximo treze anos de idade, foram doados para o genro, Manoel José Spínola Bethencourt.[68]

O inventário de Joaquim José da Costa Seabra também apresenta contas de vendas de escravizados no Rio de Janeiro. Uma delas refere-se à venda de dois cativos: Sebastião, de nação Angola, e Maria, crioula, cada um vendido a Rs. 550$000, totalizando Rs. 1:100$000 em valores brutos. Desse total, foram deduzidas as seguintes despesas: fretes do brigue (Rs. 24$000); apresentação na polícia e matrícula no tesouro (Rs. 5$000); alimentação dos cativos por seis dias (Rs. 2$400) e comissão de 5% da venda (Rs. 55$000). O valor líquido obtido nessa negociação foi de Rs. 1:013$600.[69]

O funeral de Joaquim José da Costa Seabra foi realizado em Salvador, onde ele comprava mercadorias para revender no sul da Bahia. Parte de sua riqueza provinha do tráfico de escravizados. Seus descendentes continuaram atuando em Ilhéus na segunda metade do século XIX. Uma de suas filhas casou com um membro da família Sá Bitencourt Câmara. Posteriormente, seus descendentes montaram a firma Seabra Filho e Cia e atuaram na exportação de cacau.[70] Em 1912, um dos membros da família chegou ao cargo de governador da Bahia (Sarmento, 2009).

[66] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 20, 5 jul. 1841.
[67] Inventário de Manoel Esmério Fraga.
[68] Inventário de Joaquim José da Costa Seabra.
[69] Inventário de Joaquim José da Costa Seabra.
[70] Livro de imposto sobre casas de negócios, maço 5455, 1874-92; Livro de imposto sobre exportação de cacau e café, maço 5459, 1871-85.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

A família Sá Bitencourt Câmara

Os integrantes da família Sá Bitencourt Câmara tinham grande influência na política e na economia de Ilhéus, e muitos eram membros da Guarda Nacional (Ribeiro, 2001). Em 1834, compraram o engenho Santana, que pertencia a Felisberto Caldeira Brant Pontes (Marquês de Barbacena), que contava com cerca de 260 trabalhadores escravizados em 1818 (Spix; Martius, 1981, p. 177; Marcis, 2012, p. 284).

Guilherme Frederico de Sá, membro da família Sá Bitencourt Câmara, faleceu em 1838 e alguns de seus cativos foram vendidos. Cristiano Manoel de Sá, inventariante dos bens e tutor da órfã Guilhermina, vendeu escravizados do finado irmão para pagar despesas do funeral e garantir o sustento da sobrinha.[71]

Frederico Carlos de Sá Bitencourt, integrante da mesma família, vendeu cativos herdados da negociação do engenho Santana. Em 1839, efetivou várias negociações em Ilhéus, entre elas a venda de "duas escravas crioulas, uma de nome Angélica e outra [ilegível], filha dela, recém-nascida, por quatrocentos mil réis."[72] No mesmo ano, vendeu "uma crioulinha, de nome Alexandrina, com sete anos de idade, vendida por duzentos mil réis.[73] Frederico Carlos de Sá Bitencourt faleceu em 1875 e, na ocasião, possuía uma plantação de quinhentos cacaueiros no distrito do Almada, três cativos e outros bens.[74]

Ao longo do século XIX, parte da família continuou investindo em engenhos de açúcar e outra passou a investir em lavouras de cacau e café. Eles negociaram vários cativos em Ilhéus e multiplicaram sua riqueza. Christiano Manoel de Sá negociou vários cativos e em 1842 comprou por Rs. 4:500$000 uma fazenda em Itaípe, com todas as benfeitorias: "pastos, coqueiros, casas de moradia, engenho de água, de fabricar açúcar e aguardente, com todos os utensílios...".[75] Em 1876, sua esposa faleceu e essa fazenda, rebatizada Engenho Itaípe, contava com 48 pessoas escravizadas. A fortuna da família estava entre as maiores de Ilhéus (Rs. 53:097$000), a maior parte em cativos (61%), imóveis (14,4%) e terras (14%).[76]

O capitão Egídio Luiz de Sá vendeu em 1839 o crioulo Anselmo para João Adaum Schaum pelo valor de Rs. 300$000.[77] Em 1877, um homem chamado Adão Schaum faleceu em Ilhéus: morava na rua do Porto, era negociante, possuía padaria e casa de

[71] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 34, 8 jun. 1839.
[72]Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 25, 18 jan. 1839.
[73] Escritura de compra e venda. L. 9, fl. 36, 18 jun. 1839.
[74] Inventário de Frederico Carlos de Sá Bitencourt.
[75] Escritura de compra e venda. L. 10, fl. 46, 21 mar. 1842.
[76] Inventário de Maria da Piedade Melo e Sá.
[77] Escritura de compra e venda. L.09. fl. 26. 16 de abr. 1839.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

farinha na vila, além de quatro escravizados e outros bens.[78] Já o capitão Egídio Luiz de Sá era casado com dona Rita Constança de Melo Sá, que veio a falecer em 1880. A família possuía propriedades voltadas para o cultivo de cacau, café, mandioca e outras culturas. A riqueza da família foi calculada em Rs. 57:889$448, a maior parte comprometida com 73 escravizados (53%).[79] Um dos filhos do casal, o capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara, batizado com mesmo nome do pai, também faleceu em 1880 e possuía, entre outros bens, 11.622 cacaueiros e 29 cativos.[80]

Considerações finais

O comércio de pessoas escravizadas era parte integrante da economia de Ilhéus. Compra e venda de cativos eram práticas comuns. Podia servir para levantar fundos, pagar dívidas e, no caso das doações, para agraciar um ente querido. Numa época marcada por intensa repressão ao tráfico atlântico de africanos, mulheres e crianças podiam representar a possibilidade de prolongamento da escravidão. Talvez isso explique a prevalência desses grupos no mercado de escravizados em Ilhéus. Elas podiam trabalhar na colheita do cacau, na extração das sementes do fruto, no eito, nos espaços urbanos e domésticos.

A posse de cativos estava disseminada na estrutura escravista da sociedade: além dos produtores de cacau, também possuíam cativos os negociantes, os donos de engenho de açúcar, os exploradores de madeiras, os produtores de café, coco e farinha de mandioca, que eram os principais segmentos da economia de Ilhéus. Todavia, a posse de cativos não era permanente. Após a morte de seus proprietários, as chances de eles serem separados eram grandes, já que possuíam alto valor comercial. O processo de separação era ratificado pela justiça durante a partilha dos bens entre os herdeiros.

O *continuum* escravista propiciado por herança assegurava o prosseguimento da escravidão e a persistência na sociedade das práticas de separação de pessoas cativas. Esse estudo permitiu demonstrar que as mulheres e as crianças negras continuaram em cativeiro durante a segunda metade do século XIX, quando a lavoura cacaueira ganhou impulso. Algumas pessoas negociadas em Ilhéus entre 1810 e 1850 continuaram no cativeiro nos anos seguintes, mesmo após a proibição do tráfico internacional. O crescimento da lavoura cacaueira no século XIX em Ilhéus está relacionado ao recrudescimento da escravidão no Brasil. Para o chocolate chegar à mesa de europeus e

[78] Inventário de Adão Schaum.
[79] Inventário de Rita Constança de Melo Sá.
[80] Inventário do capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

estadunidenses, muitas pessoas foram vendidas, compradas, trocadas, doadas e submetidas às várias formas de violência decorrentes da escravização (Mahony, 2001; Gonçalves, 2017; Andrade, 2019).

MARCELO LOYOLA [ORCID: 0000-0002-1860-0616] é docente da Universidade do Estado da Bahia (Uneb-DCHT), Campus XVIII (Eunápolis), doutor em história (USP) e pesquisador do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (Cedhal-USP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – Gephens (Uneb).

Editores responsáveis: Renata Francisco, Fernando Bee.

Recebido para publicação em 14 de outubro de 2025.

Aprovado para publicação em 12 de junho de 2026.

Referências

Andrade, Marcelo L. de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacaueira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX.* Dissertação (mestrado) – PPGHE/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Andrade, Marcelo L. de. *Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888.* Tese (doutorado) – PPGHE/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Avé-Lallemant, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859).* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

Barickman, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Barroso, Daniel S.; Laurindo Junior, Luiz C. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale Amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, 2017, p. 568-88. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2017v230309

Bethel, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Bezerra Neto, José M. A cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: uma notícia histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, v. 7, 2020, p. 27-49.

Bondar, Gregório, *A cultura do cacau na Bahia.* Boletim Técnico n. 1. Instituto de cacau da Bahia (ICB). São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunaes", 1938.

Brasil. Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livre todos os escravos vindos de fôra do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-7-11-1831.htm>. Acesso em: 5/10/2026.

Brasil. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm>. Acesso em: 5/10/2026.

Brasil. Recenseamento do Brazil. Rio de Janeiro, 1872 [1874?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 5/10/2026.

Campos, João da S. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2006.

Coe, Sophia D; Coe, Michael D. *The True History of Chocolate.* Londres: Thames & Hudson, 1996.

Cruz, Ronaldo L. da. No lado de cá: o tráfico clandestino de africanos na vila de São Jorge dos Ilhéus, 1851. *Crítica & Debates: Revista de História, Cinema e Educação*, v. 1, n. 1, 2010, p. 1-18.

Dias, Marcelo H. *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial.* Ilhéus: Editus, 2011.

Florentino, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

Fragoso, João L. R.; Florentino, Manolo. Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, 1987, p. 151-73. DOI: 10.11606/1980-53571722jfmf.

Freitas, Antônio F. G. de; Paraíso, Maria H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul, Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

Gonçalves, Victor S. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888).* Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Gutiérrez, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, n. 120, 1989, p. 59-72. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i120p59-72

Klein, Herbert S. A. Demografia do tráfico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, 1987, p. 129-49. DOI: 10.11606/1980-53571721hsk

Lima Filho, Volney M. de. Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1888). *Revista Cantareira*, n. 32, 2020, p. 22-41.

Loyola, Marcelo. Mulheres negras na formação da economia cacaueira de Ilhéus (BA): trabalho escravo e relações familiares, 1850-1888. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 69, 2024, p. 220-58. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48845650>. Acesso em: 5/10/2026.

Machado, Maria H. P. T. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? In: Lima, Ivana S.; Grinberg, Keila; Reis, Daniel A. (org.). *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 327-37.

Mahony, Mary A. "Instrumentos necessários": escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Asia*, n. 25-26, 2001, p. 95-139.

Mahony, Mary A. Creativity under Constraint: Enslaved Afro-Brazilian Families in Brazil's Cacao Area, 1870-1890. *Journal of Social History*, v. 41, n. 3, 2008, p. 633-66. DOI: https://doi.org/10.1353/jsh.2008.0050

Marcis, Teresinha. O engenho de Santana: uma reconstrução histórica. In: Póvoas, Rui do C. (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012, p. 281-326.

Marquese, Rafael; Salles, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Martins, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora". *Estudos Econômicos*, n. 13, v.1, 1983, p. 181-209.

Martins, Diego de C.; Melo, André L. S. A mercantilização do fruto de Ixcacao: o cacau do Grão-Pará e o consumo de chocolate na Europa (séculos XVII e XVIII). *Locus: Revista de História*, v. 27, n. 1, 2021, p. 229-51. DOI: 10.34019/2594-8296.2021.v27.30890

Maximiliano, Principe de W. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1989.

Maximilian, Ferdinand von H. *Mato Virgem*. Ilhéus: Editus, 2010.

Mott, Luiz. *Bahia: inquisição & sociedade.* Salvador: Edufba, 2010.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Mattoso, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

Mott, Maria L. B. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, n. 120, 1989, p. 85-96. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i120p85-96

Motta, José F. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012.

Neves, Erivaldo F. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Asia*, n. 24, 2000, p. 97-128.

Pires, Maria de F. N. Travessias a caminho: tráfico interprovincial de escravos, Bahia e São Paulo (1850-1888). *Revista África(s)*, v. 4, n. 8, 2017, p. 63-78.

Porro, Antônio. Cacau e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha Ocidental. *Anais do Museu Paulista*, v. 5, 1997, p. 179-284.

Ribeiro, André L. R. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

Rodrigues, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).* Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

Santos, Leandro D. dos. *Devo que pagarei: comércio e crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do Oitocentos*. Dissertação (mestrado) – PPGH/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

Santos, Milton. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

Santos, Silvana A. dos. Nestas costas tão largas: o tráfico transatlântico de escravizados e a dinamização de economia regionais no Brasil (c.1831-1850). *Revista de História,* n. 177, 2018, p. 1-36. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.140743

Santos, Zidelmar A. Negócios & clientela: a trajetória de um comerciante da Ilhéus oitocentista. *Veredas da História*, v. 11, n. 1, 2018, p. 318-42. DOI: 10.9771/rvh.v11i1.47908

Santos, Leandro D. dos. *Devo que pagarei: comércio e crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do Oitocentos*. Dissertação (mestrado) – PPGH/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

Saraiva, Luiz F.; Santos, Silvana A. dos; Pessoa, Thiago C. (org.). *Tráfico e traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c.1831-1850).* São Paulo: Hucitec, 2021.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Sarmento, Silvia N. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República.* Dissertação (mestrado) – PPGH/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Schwartz, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Schwartz, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru, SP: Edusc, 2001.

Slenes, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience, and the Politics of Peculiar Market. In: Johnson, Walter (org.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 325-70.

Silva, Ayalla O. *Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Guerens e Pataxós no sul da Bahia.* Ilhéus: Editus, 2017.

SlaveVoyages. Database. The Slave Voyages Consortium, 2021. Disponível em: <www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em: 15/10/2026.

Spix, Johann B. von; Martius, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, São Paulo, 1981.

Tomich, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

Villa, Carlos E. V.; Florentino, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*, v. 35, 2016, p. 1-20. DOI: 10.1590/1980-436920160000000078

Villa, Carlos E. V.; Florentino, Manolo. As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir do Rio de Janeiro (1809-1834). *Afro-Ásia*, n. 61, 2020, p. 7-36. DOI: 10.9771/aa.v0i61.36846

Lista de notas de cartório, inventários

Ilhéus. Câmara. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455, 1874-1892. Apeb, SCP.

Ilhéus. Câmara. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459, 1871-1885. Apeb, SCP.

Ilhéus. Inventário de Adão Schaum. Est. 2, caixa 781, maço 1248, doc. 2, 5 nov. 1877. Apeb, S.J.

Ilhéus. Inventário de Ana Telles de Menezes. Est. 2, caixa 783, maço 1250, doc. 7, 31 out.1846. Apeb, SJ.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Ilhéus. Inventário de Domingos Antônio Bezerra. Est. 3, caixa 1270, maço 1739, doc. 5, 7 fev. 1860. Apeb, SJ.

Ilhéus, inventário de Florentina Maria dos Reis. Est. 2, caixa 783, maço 1250, doc. 11, 8 ago. 1855. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Francisca de Jesus. Est. 2, caixa 783, maço 1250, doc. 9, 26 ago. 1856. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Francisco Furtado da Silva. Est. 2, caixa 863, maço 1332, doc. 7, 10 mar. 1817. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Frederico Carlos de Sá Bitencourt. Est. 2, caixa 738, maço 1203, doc. 8, 3 dez. 1875. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Guilherme Frederico de Sá. Caixa 15, Maço 3552, Doc. 1,07 nov. 1838. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Guilherme Mor. Est. 2, caixa 783, maço 1250, doc. 14, 6 fev. 1856. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Ignacio Nunes de Souza. Est. 2, caixa 863, maço. 1332, doc. 15, 11 ago. 1812. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de João Adolfo Schmidt. Est. 2, caixa 786, maço 1253, doc. 10, 1º de fev. 1856. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de João Segismundo Cordier. Est. 2, caixa 754, maço 1220, doc. 14, 26 mai. 1849. Apebuesc, Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra. Est. 8, caixa 3424, maço n/c, doc. 6, 17 set. 1856. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de José de Lemos. Est. 2, caixa 863, maço 1332, doc. 3, 23 set. 1813. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Lino Jose da Costa. Est. 2, caixa 863, maço 1332, doc. 12, 7 nov. 1833.

Ilhéus. Inventário de Maria Luíza da Santíssima Trindade. Est. 2, caixa 783, maço 1250, doc. 8, 9 out. 1850. Apeb, S.J.

Ilhéus. Inventário de Maria da Piedade Melo e Sá. Est. 2, caixa 781, maço 1248, doc. 3, 12 jul. 1876. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Manoel da Encarnação. Est. 2, caixa 784, maço 1251, doc. 2, 13 jan. 1864. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Manoel Esmerio Fraga. Est. 2, caixa 863, maço 1332, doc. 13, 26 jul. 1843. Apeb, SJ.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

Ilhéus. Inventário de Manoel Pereira dos Santos. Est. 9, caixa 3091, maço n/c, doc. 19, 16 mar. 1865. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Narcisa da Roza Dora. Est. 2, Cx.783, Maço 1250, Doc. 15, 23 ago. 1851. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário de Rita Constança de Melo Sá. Est. 2, caixa 759, maço 1225, doc. 4, 28 de ago. 1880. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário do capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara. Est. 2, caixa 754, maço 1220, doc. 11, 16 nov. 1880. Apeb, SJ.

Ilhéus. Inventário do tenente João Batista Gualberto. Est. 2, caixa 737, maço 1202, doc. 22, 30 mar. 1874. Apeb, SJ.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de compra e venda. L. 6, [data ilegível]. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de compra e venda. L. 9, 1839. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de compra e venda. L. 9, 1840. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de compra e venda. L. 10, 1841. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de compra e venda. L. 10, 1842. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de compra e venda, L. 11, 1848. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de destrato. L. 10, 1842. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de doação. L. 7, 1831. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de doação. L. 9, 1840. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de fiança e obrigação. L. 5, 1813. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de fiança e obrigação. L. 9, 1840. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de ratificação e doação. L. 11, 1848. Apeb.

Ilhéus. Livro de Notas. Escritura de troca. L. 8, 1835. Apeb.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os Livros de Notas do Cartório da cidade de Ilhéus e demais fontes estão disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), Seção Judiciária (SJ) e Seção Colonial Provincial (SCP). Os Livros de Notas também estão disponíveis em microfilmes no Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc), da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc/Ilhéus).

USO DE IA

O autor não utilizou inteligência artificial em nenhuma etapa da pesquisa.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030006

FINANCIAMENTO

Essa pesquisa contou com o apoio financeiro do CNPq (processo n. 162274/2015-7).

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não possuir conflitos de interesse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq e ao professor Dr. Horácio Gutiérrez (USP) pela leitura crítica e comentários valiosos feitos ao texto.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.